

XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS

6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE

GT20 - Sociedade civil: protestos e movimentos sociais

**“Dinâmicas da Ação Coletiva: Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos
Repertórios Associativos”**

Autor: Marcelo Kunrath Silva (PPG/UFRGS)¹

Co-autores: Gabrielle Oliveira Araujo (UFRGS)²

Matheus Mazzilli Pereira (UFRGS)³

¹Marcelo Kunrath Silva (mksilva@ufrgs.br) é Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição.

²Gabrielle Oliveira Araujo (gabrielle.araujo@ufrgs.br) é aluna do curso de graduação em Ciência Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica (CNPQ)

³Matheus Mazzilli Pereira (Matheus.mazzilli@gmail.com) é aluno do curso de graduação em Ciência Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica (CNPQ)

Resumo

O presente trabalho, a partir dos referenciais teóricos do Modelo do Processo Político e seus desenvolvimentos mais recentes, tem como foco as relações entre mudanças na configuração político-institucional brasileira e os repertórios de ação coletiva da sociedade civil. Mais especificamente, o trabalho discute as potencialidades da metodologia de Análise de Eventos de Protesto na construção de uma base empírica que permita identificar padrões e mudanças quantitativas e qualitativas nos repertórios de ação coletiva. Esta discussão está baseada em uma investigação em curso, a qual tem como um de seus procedimentos metodológicos a construção de um catálogo de eventos de reivindicação coletiva no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 2010, a partir de fontes jornalísticas.

Introdução

O campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil produziu, ao longo das últimas três décadas, um sólido corpo de pesquisas empíricas e elaborações teóricas que contribuiu significativamente para a compreensão dos processos de organização e mobilização sócio-política no país, ao mesmo tempo em que auxiliou na desconstrução do estereótipo de desorganização e passividade que tradicionalmente marcou as interpretações sobre a sociedade brasileira (e, em particular, sobre seus segmentos subalternos).

A produção deste campo de estudos, no entanto, apresenta algumas características que tendem a se constituir como obstáculos para o avanço no sentido do refinamento de seus modelos teórico-metodológicos. Um destes obstáculos é o que se poderia ser denominado de “presentismo” observado em grande parte da literatura⁴. Em outras palavras, a literatura deste campo tende a concentrar suas análises em organizações e/ou eventos contemporâneos, desconsiderando a dimensão histórico-processual. Neste sentido, são escassos os estudos que abordam processos de longa e média duração. Esta característica, exemplificada pela quase inexistência de diálogo entre cientistas sociais e historiadores no campo de estudos sobre movimentos sociais, obstaculiza a identificação e análise de mudanças nos processos de ação coletiva contestatória ao longo do tempo e,

⁴ Na verdade, este é um processo mais geral das ciências sociais, assim caracterizado por Elias (1994, p.195): “No se ha prestado demasiada atención al hecho de que la mayoría de los sociólogos se refugien en el presente. Este retraimiento, esta huida del pasado, se ha convertido, sin embargo, en el rasgo dominante del desarrollo de la sociología después de la Segunda Guerra Mundial”.

particularmente, as interdependências entre estes processos e processos culturais, econômicos e políticos.

Uma segunda característica do campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil é o predomínio absoluto de estudos de casos que adotam como recorte da análise aquele definido pelos atores empíricos analisados. Esta tendência pode ser observada no escasso número de pesquisas que definem objetos mais amplos que organizações de movimentos sociais particulares. Se, por um lado, este predomínio dos estudos de caso tem contribuído para o conhecimento em profundidade de uma ampla gama de organizações que desenvolvem repertórios contestatórios, por outro lado ele tem obstaculizado o desenvolvimento de estudos comparativos e, também, a análise das complexas redes que conformam as estruturas de mobilização dos movimentos sociais.

Por fim, o campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil tem sido marcado por uma tendência de reificação dos movimentos sociais, definindo certas características (ação extra-institucional, repertório conflitivo, caráter “progressista”, autonomia etc.) como constitutivas de sua “natureza”. Esta característica tem gerado diversos obstáculos a este campo de estudos, tais como: a dificuldade para analisar como repertórios de ação política institucional e não-institucional se combinam na atuação dos movimentos sociais; a dificuldade para abordar os trânsitos entre diferentes repertórios de ação, sincrônica e diacronicamente; a desconsideração pelos movimentos sociais de segmentos de elite/conservadores.

Se, de um lado, estas características do campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil estão, em grande medida, relacionadas aos modelos teóricos adotados pelos pesquisadores, de outro elas também se fundam nos instrumentos metodológicos predominantes neste campo de estudo. O predomínio do estudo de caso qualitativo, salientado acima, acaba limitando a base empírica disponível para o desenvolvimento de análises que consigam enfrentar aqueles obstáculos de forma adequada. É neste sentido, então, que o presente artigo dirige seu foco para um tema relativamente desconsiderado neste campo de estudos – a questão metodológica – e discute as potencialidades da metodologia de Análise de Eventos de Protesto na identificação e análise de padrões e mudanças quantitativas e qualitativas nos repertórios de ação coletiva. Esta discussão está baseada em uma investigação em curso, a qual tem como um de seus procedimentos metodológicos a

construção de um catálogo de eventos de reivindicação coletiva no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 2010, a partir de fontes jornalísticas.

1. A Análise de Eventos de Protesto: uma breve apresentação

O uso e desenvolvimento da metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), no campo da ação coletiva e dos movimentos sociais, teve início na década de 1960, tendo como pioneiros:

cientistas políticos interessados na pesquisa de vários indicadores sociais e políticos, estudantes de rebeliões e sociólogos históricos interessados em explicar a tendência, em longos períodos de tempo, de greves e violência coletiva (KOOPMANS; RUCHT, 2002, p.232 – tradução dos autores).

Primeiramente, as análises estavam restritas a correlações estatísticas entre variáveis (KOOPMANS; NEIDHRDT; RUCHT, 1999), sem atentar para o significado e o contexto dos eventos de protesto. Avançando no método, um grupo de sociólogos históricos, tendo como expoente Charles Tilly, orientou seus trabalhos para a análise histórica. O objetivo era enriquecer os dados quantitativos através do uso de outras fontes para a interpretação dos dados de maneira contextual (KOOPMANS; NEIDHRDT; RUCHT, 1999). A inovação desses trabalhos levou ao aperfeiçoamento da coleta e análise dos dados de eventos de protesto, influenciando gerações posteriores à qualificação do debate de questões metodológicas, como por exemplo, os vieses de suas fontes (KOOPMANS; NEIDHRDT; RUCHT, 1999; KOOPMANS; RUCHT, 2002).

Segundo Koopmans e Rucht (2002), a AEP tem se desenvolvido a partir do mapeamento sistemático da ocorrência de um grande número de eventos de protestos, fornecendo uma sólida base empírica para observar atividades de protesto em grandes áreas geográficas durante longos períodos de tempo. O método possibilita a quantificação de muitas propriedades do protesto (ou como no nosso caso, de diferentes formas de reivindicação coletiva), tais como: frequência, duração, localização, objeto de reivindicação, tamanho, formas, alvos, bem como conseqüências imediatas e reações.

O desenvolvimento dessa ferramenta metodológica para a identificação, mapeamento e mensuração de protestos tem gerado inúmeras oportunidades para

pesquisadores, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. A utilização de dados temporais e espaciais tem possibilitado estudos diacrônicos e comparativos (Tarrow, 1996 apud EARL et al., 2004), com maior capacidade de testes de modelos e hipóteses. Neste sentido, a AEP constitui-se em uma alternativa aos modelos de estudo de caso de movimentos sociais particulares, que embora forneçam detalhes ricos sobre a dinâmica interna de movimentos sociais (EARL et al., 2004), “raramente fornecem evidências sistemáticas apropriadas para testar hipóteses” (OLSAK, 1989, p.121), na medida em que tendem a apresentar problemas como o viés de seleção e o “presentismo”.

Apesar de mais de trinta anos de existência, a AEP é, no entanto, praticamente desconhecida no Brasil. Em uma longa revisão bibliográfica realizada, não foi encontrado nenhum estudo brasileiro que tenha utilizado a AEP de forma sistemática como recurso metodológico. Na verdade, o único trabalho identificado com uma aplicação da AEP para a investigação de um processo no Brasil é o desenvolvido por Bruhn (2008). Neste estudo, a partir de uma base de dados construída a partir de coleta de notícias de eventos de protesto em São Paulo e Cidade do México publicadas em jornais, a autora busca analisar as relações entre o recurso ao protesto em diferentes tipos de organizações sociais e as mudanças das forças políticas à frente dos governos ao longo do tempo.

2. Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios de Ação Coletiva

Tendo em vista o objetivo da pesquisa que está sendo desenvolvida – analisar a dinâmica dos repertórios de ação coletiva ao longo de um período de tempo, buscando identificar as relações entre tal dinâmica e o contexto político-institucional regional/nacional – adotou-se a AEP como um dos recursos metodológicos, na medida em que, como exposto anteriormente, ela permite a construção de uma base empírica que viabiliza a realização de estudos comparativos e diacrônicos nos repertórios da ação coletiva.

Tal metodologia foi operacionalizada para a construção de um banco de dados que agrupa eventos de reivindicação coletiva ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul e suas características ao longo do período de 1970 a 2010, permitindo relacionar a dinâmica quantitativa e qualitativa dos repertórios

empregados com os diferentes contextos político-institucionais presentes nesse longo período.

2.1. Desenho de Pesquisa

Para os objetivos propostos, algumas escolhas prévias foram feitas. Primeiramente, a unidade temporal delimitada foi o período que vai de 1970 a 2010. Justifica-se na medida em que possibilita a análise de eventos de protesto em conjunturas bastante distintas, tanto em termos regional quanto nacional. Permite, assim, observar correlações entre as mudanças de regime, em função da redemocratização e das alterações nas forças políticas à frente dos governos estadual e federal, e a dinâmica das organizações sociais - especialmente, em termos do emprego de diferentes repertórios de ação.

Em segundo lugar, o recorte espacial do estado do Rio Grande do Sul (RS) foi escolhido por dois motivos. Primeiramente, em termos práticos, uma vez que não havia possibilidade (de tempo e recursos) de realizar uma pesquisa de alcance nacional. Em segundo lugar, por motivos metodológicos: de um lado, o estado do RS se caracterizou, a partir do final dos anos 70, como um estado com uma intensa dinâmica associativa, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais; de outro lado, a trajetória político-institucional do RS, no período selecionado, é marcada por uma grande alternância das forças políticas à frente do governo estadual, as quais instituíram formas muito distintas de relacionamento com a sociedade civil.

Em terceiro lugar, para a construção do catálogo de eventos está sendo utilizada a coleta de informações sobre eventos públicos de reivindicações, demandas ou protestos coletivos publicados no Jornal Zero Hora durante o período selecionado. A opção por este veículo deve-se ao fato de que ele tem uma abrangência estadual e, também, manteve-se em atividade durante todo o período a ser pesquisado. Além disso, o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, disponibiliza em seu acervo todas as edições do jornal Zero Hora para o período da pesquisa de forma gratuita, facilitando o acesso aos dados.

Os eventos selecionados para a construção do nosso catálogo de eventos de reivindicação coletiva não se restringem apenas a ações de protesto disruptivas, extra-institucionais e não-convencionais, como ocorre com a maioria dos estudos sobre eventos de protesto (KOOPMANS; RUCHT, 2002). Ampliamos o critério de

seleção dos eventos para apreender todos os eventos de expressão pública de reivindicações e demandas coletivas, envolvendo ou não protesto. Em outras palavras, incluímos todas as formas de manifestação pública socialmente disponível a uma coletividade (passeatas, denúncia nos meios de comunicação, recurso coletivo ao judiciário etc.) em um determinado contexto sócio-político. Esta opção justifica-se pelo próprio objetivo da pesquisa, que é apreender as relações entre repertórios de ação coletiva e os contextos político-institucionais, identificando os deslocamentos nos repertórios de expressão das demandas coletivas (e, particularmente, identificando não apenas como variam os repertórios, mas também como as organizações transitam entre diferentes repertórios ao longo do tempo).

Na próxima seção, apresentamos a operacionalização da metodologia de análise de eventos para o estudo de repertórios associativos, a partir da discussão metodológica subjacente à construção do catálogo de eventos de reivindicação coletiva no Rio Grande do Sul de 1970 a 2010.

2.2. Construção do Catálogo de Eventos de Reivindicação Coletiva no Rio Grande do Sul de 1970 a 2010

Na medida em que o intuito da metodologia AEP é a produção de uma base empírica consistente para o teste de hipóteses e de modelos de análise, é necessária atenção e preocupação do pesquisador na produção dos dados, garantindo sua validade interna e externa. Neste processo, devem ser mensurados os custos (em termos de tempo e recursos financeiros) envolvidos nas decisões a serem tomadas, relacionando-os com os benefícios obtidos em termos de obtenção de validade para o estudo. Mostra-se também importante a realização de um estudo piloto, na medida em que a mudança em determinados critérios implica na recodificação de todo material (NEIDHARDT; RUCHT, 1999; KOOPMANS; RUCHT, 2002), o que se torna inviável após o grande acúmulo de dados obtido no final de uma pesquisa. Deve-se destacar, portanto, o grande peso das decisões tomadas pelo pesquisador no resultado da pesquisa, devendo o banco de dados e as análises finais serem tratados como um construto do pesquisador e não como um reflexo imediato de uma realidade objetiva.

A seguir, serão expostas algumas decisões cruciais tomadas ao longo do estudo piloto com o qual iniciou-se o processo de construção do nosso catálogo de

eventos de reivindicação coletiva, as quais impactam diretamente nos resultados finais da pesquisa. De acordo com a literatura (NEIDHARDT; RUCHT, 1999; KOOPMANS; RUCHT, 2002), são quatro os eixos basilares da construção deste tipo de catálogo: a definição da unidade de análise; a escolha das técnicas de amostragem; as fontes para coleta de dados; e os critérios de codificação e as variáveis.

2.2.1 Unidade de Análise:

No que se refere à delimitação da unidade de análise do estudo, duas decisões precisam ser tomadas: a definição dos critérios de seleção dos eventos analisados e a definição operacional e conceitual das unidades de análise. Como apontado por Neidhardt e Rucht (1999), essas definições, assim como as demais decisões tomadas ao longo do processo de construção de um catálogo de eventos, não devem ser julgadas em termos de “certo e errado”, mas sim de acordo com a sua adequação aos objetivos da pesquisa e às possibilidades práticas dos pesquisadores.

Um dos aspectos a ser analisado no momento da definição dos critérios de seleção dos eventos é a natureza da ação ou da reivindicação. Esta decisão está intimamente ligada à definição de objeto de análise na pesquisa (KOOPMANS; RUCHT, 2002), podendo variar em graus de inclusão e exclusão; isto é, pode incluir todas as expressões públicas de demandas coletivas ou restringir a seleção a atos específicos (como protestos públicos, por exemplo). Nesse ponto, é importante ressaltar que a diferença entre “graus de inclusão” dos eventos a serem analisados terá impactos significativos na quantidade de recursos necessária para a realização da pesquisa e nos graus de generalidade e de confiabilidade das conclusões finais, ou seja, sua validade externa e interna (NEIDHARDT; RUCHT, 2002). Na medida em que o nosso estudo tem justamente como objetivo estudar a variabilidade das formas e da natureza dos repertórios de ação coletiva ao longo do tempo, sendo a própria natureza do evento, portanto, constituinte de nossa variável dependente, se mostra necessária a inclusão da diversidade de formas e naturezas de eventos no estudo. Assim, adotamos um critério abrangente, incluindo não apenas as manifestações públicas de caráter disruptivo (foco comum dos estudos que utilizam a AEP), mas também expressões de demandas coletivas através de outros meios

(tais como, denúncia em meios de comunicação de massa, cartas abertas à população, reuniões etc.) desde que estas atendessem aos demais critérios de seleção.

Uma decisão similar deve ser feita em relação ao contexto de ação. Da mesma forma, a seleção dos eventos de acordo com o contexto de ação pode variar em graus, podendo restringir-se a amostra a ações ocorridas em “arenas” específicas, tais como espaços institucionais ou espaços públicos (KOOPMANS; RUCHT, 2002). Em nossa pesquisa, ao contrário, considerou-se importante a manutenção da variabilidade deste dado, para que se torne possível realizar inferências sobre possíveis deslocamentos dos eventos de protestos de determinadas “arenas” para outras, de acordo com a modificação no contexto político-institucional.

Outro critério importante a ser estabelecido é a natureza do ator promotor do evento de reivindicação coletiva e do alvo deste evento. Primeiramente, deve-se lidar com a dicotomia entre o individual e o coletivo. Neste trabalho, foram selecionados casos em que há uma reivindicação coletiva e não meramente individual. Deve ser observado, no entanto, que em muitos casos uma manifestação individual pode ser a expressão de uma reivindicação coletiva, como nos discursos públicos de líderes sindicais falando em nome da categoria que representam, para citar um exemplo. Estabeleceu-se, ainda, que a natureza do alvo do protesto não influenciaria nos nossos critérios de seleção, incluindo-se manifestações de reivindicações coletivas que tenham como alvo uma pessoa física, como em manifestações contra alguma figura política específica.

Ainda é importante delimitar se será feita ou não a inclusão de manifestações públicas que envolvam agentes governamentais/estatais. Em nosso trabalho, foram incluídas manifestações societárias e estatais, desde que expressassem uma demanda coletiva. Desta forma, incluem-se, por exemplo, manifestações de prefeitos que possam publicar notas em jornais pedindo maiores recursos ao Governo Federal, na medida em que se expressa uma demanda coletiva de tais atores, ou ainda casos em que políticos se manifestam explicitamente em nome de determinada coletividade, como moradores de determinado bairro.

No que tange à definição dos critérios de seleção dos casos, deve-se ainda delimitar as variáveis espaciais e temporais da amostra. Em nosso estudo, por questões operacionais salientadas anteriormente, foi delimitado que seriam

selecionadas apenas manifestações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul. O período da pesquisa, por sua vez, ficou limitado ao período de 1970 a 2010, na medida em que abrange grandes transformações nos contextos políticos nacional e regional, incluindo-se o período de ditadura militar brasileira e a alternância de três governos democráticos de orientações distintas e ainda a alternância regional de poder em governos de diferentes orientações ideológicas.

Porém, talvez a mais importante decisão seja aquela que se refere diretamente à decisão de qual tipo de fenômeno será considerado a unidade de análise. Neste sentido, o pesquisador pode considerar como unidade de análise fenômenos como campanhas de protesto, eventos de protesto ou ainda repertórios da ação coletiva utilizados em eventos de protesto. É necessária, portanto, uma breve apresentação destes conceitos. Segundo Neidhardt e Rucht (1999, p.68, tradução dos autores), eventos de protesto são “ações específicas realizadas por um mesmo grupo de atores, com os mesmos propósitos específicos em um período contínuo no tempo”. Desta forma, os eventos de protesto diferem de fenômenos mais longos como movimentos sociais ou revoluções, já que, segundo os mesmos autores, estes últimos são compostos por “um conjunto de ações coletivas distintas, que diferem em forma, objetivo concreto e grupos integrantes”. Este conjunto de eventos inter-relacionados, não necessariamente longos como revoluções, mas que tenham objetivos em comum, como uma mobilização por aumento salarial, podem ser chamados de campanhas de protesto (NEIDHARDT; RUCHT, 1999).

Porém, dentro de um mesmo evento de protesto, os atores podem utilizar diversos repertórios de ação coletiva. Como exemplo, um grupo de grevistas pode realizar uma caminhada pelas ruas de determinada cidade, parar em frente à sede do poder municipal realizando ali uma manifestação, invadir o local e ocupá-lo por um determinado número de horas e, por fim, obter uma reunião com membros do poder executivo local para apresentar suas demandas. Neste mesmo evento de protesto quatro repertórios podem ser identificados (passeata, manifestação em praça pública, ocupação de prédios e reunião com autoridade). Assim, qual deve ser considerada a unidade de análise do estudo, ou seja, o caso que será disposto nas linhas na matriz de codificação e sobre o qual as inferências poderão ser feitas? A campanha grevista (que, além deste, poderá ter contado com outros eventos ao longo do tempo), o evento de protesto que abrange desde a passeata até a reunião final com as autoridades ou cada repertório utilizado em cada evento

separadamente? Como ressaltado anteriormente, não há uma resposta “certa” ou “errada” para esta pergunta, uma vez que a mesma depende dos objetivos da pesquisa. No nosso estudo, optou-se pelo repertório de ação coletiva utilizado nos eventos de protestos como unidade de análise, na medida em que é a variação nas *formas* que a ação coletiva toma ao longo do tempo que nos interessa. Tal decisão não seria indicada caso o objetivo do pesquisador fosse analisar a *quantidade* de mobilização encontrada em determinado local ou determinado tempo, sendo aconselhável neste caso que o pesquisador opte por um nível mais alto de unidade de análise, como os eventos de protesto⁵.

2.2.2 Técnicas de Amostragem:

Para a construção de um catálogo de eventos diversas estratégias de amostragem podem ser utilizadas, como uma amostragem completamente aleatória, uma seleção intencional da amostra ou a utilização de técnicas mistas. É importante ressaltar que a escolha das técnicas de amostragem está diretamente relacionada com a quantidade de recursos disponíveis ao pesquisador, assim como irá interferir na qualidade dos dados e, portanto, nos resultados finais da pesquisa (definindo, entre outras coisas, as possibilidades de generalização dos resultados da análise).

As amostragens aleatórias (através, por exemplo, do sorteio de uma lista de dias nos quais os pesquisadores devem coletar dados dos eventos) têm como grande vantagem a confiabilidade dos dados e a diminuição do risco de existência de vieses de seleção na amostra. No entanto, na utilização deste tipo de amostragem, o pesquisador não tem acesso à sequência histórica entre determinados eventos ou a informações sobre a duração de eventos mais longos. Assim, em determinada data pode ser noticiada a existência de uma greve, porém, se esta greve tem seu fim antes da próxima data de jornal sorteada para amostragem, o pesquisador não obtém a informação sobre quantos dias este evento durou. Da mesma forma, se os atores combinam a realização de greves com a realização de passeatas ao longo do período de paralisação, estes eventos inter-relacionados não serão listados. Desta forma, se para os objetivos da pesquisa é

⁵ Uma das vantagens de utilizar os repertórios como unidade de análise é que isto permite, através de uma agregação das informações, ter dados sobre os eventos e, mesmo, campanhas de protesto. Já o contrário não é possível.

importante o mapeamento de tais eventos ou da duração de todos os eventos, é recomendada a adoção de uma técnica mista de amostragem.

Um exemplo de amostragem mista pode ser encontrado no estudo conduzido por Neidhardt e Rucht (1999). Nesta pesquisa, estabeleceu-se que, dentro de período estipulado pela pesquisa, seriam utilizados todos os jornais das segundas-feiras, na medida em que estes trariam notícias “acumuladas” do fim-de-semana. Porém, para controlar o viés que esta amostragem intencional poderia imprimir nos dados, também foi estabelecido que seria feita a coleta de dados de todos os dias da semana a cada quatro semanas.

Porém, este tipo de amostragem ainda se mostra deficiente para o mapeamento da duração de eventos menores e da inter-relação entre eventos. Como na nossa pesquisa julgamos importante a obtenção de tais dados, optamos por outra estratégia amostral. Será realizado um levantamento completo de nossas fontes, durante todos os dias do ano, a cada cinco anos. O período de cinco anos foi escolhido na medida em que se observa que tais anos “representam” períodos com contextos político-institucionais distintos, dado importante para os objetivos de nossa pesquisa. Porém, como consequência, nossas inferências estarão restritas aos anos de cobertura da pesquisa, não podendo ser generalizadas para todo o período de cobertura da pesquisa.

2.2.3 Fontes de Pesquisa:

Diversas fontes têm sido utilizadas na aplicação da AEP. Podem ser citadas, por exemplo, registros de polícia, índices de jornais e, até mesmo, listas publicadas com uma série de eventos resgatados de múltiplas fontes (OLZAK, 1989). Os jornais diários, porém, têm sido apontados por muitos pesquisadores como a melhor fonte de dados para este tipo de metodologia, sendo uma fonte de fácil acesso, com permanência em longos períodos de tempo e disposta em uma estrutura organizada em sessões, o que pode facilitar o trabalho de pesquisa e codificação (OLZAK, 1989; NEIDHARDT; RUCHT, 1999).

Porém, muitos pesquisadores apontam limitações na utilização de jornais diários, na medida em que podem apresentar vieses em sua cobertura. Earl et al. (2004) destaca, no entanto, que a própria metodologia de AEP, baseada em grande parte na utilização de jornais, representa por si só um avanço em relação ao viés de

seleção de casos, na medida em que, como exposto acima, surge justamente como alternativa a uma tradição de pesquisa baseada em estudos de caso. Este autor salienta, porém, dois dos principais vieses decorrentes da adoção deste tipo de fonte: o viés de descrição e o viés de seleção da mídia.

O viés de descrição ocorre quando as informações descritas no jornal são reveladas errôneas ou incompatíveis com dados apresentados por outras fontes. Segundo Earl et al. (2004), ela ocorre por três motivos: a omissão de determinadas informações pela mídia, a representação errônea do evento e a interpretação (*framing*) da mídia sobre determinado evento. Já o viés de seleção ocorre na medida em que a mídia não cobre todos os eventos de protesto, mas apenas aqueles com características específicas. Além das características do próprio evento, deve-se ressaltar que as características da agência de notícias, tais como sua orientação política, e do tema do evento são relevantes na seleção da mídia para cobertura de protestos (EARL et al., 2004).

No controle de tais vieses, muitos pesquisadores têm optado pela triangulação de fontes no decorrer da pesquisa, evitando que a orientação política de determinada fonte impacte de forma decisiva nos resultados finais. Porém, ressalvas devem ser feitas a este tipo de técnica. Primeiramente, os custos, em termos de tempo e de recursos financeiros, decorrentes do processo de codificação são praticamente duplicados, enquanto que o ganho em número de casos cobertos por um jornal, mas que não estavam presentes em outro, é muito inferior, não estabelecendo-se uma boa relação entre o custo e o benefício desta estratégia (KOOPMANS; RUCHT, 2002). Além do mais, é aconselhável que todas as fontes utilizadas cubram todo o período da pesquisa, evitando-se um “recorte” de fontes para que se complete este período (NEIDHARDT; RUCHT, 1999). Assim, devem ser encontrados jornais diários que tenham permanecido em circulação ao longo de todo o período de pesquisa, o que, em muitos casos, não é possível.

Estes vieses também são influenciados pela abrangência geográfica do jornal. Neidhardt e Rucht (1999) apontam que jornais nacionais tendem a ignorar protestos ocorridos com atores e alvos restritos ao âmbito local, selecionando protestos com relevância nacional. Em uma pesquisa realizada no município de Freiburg na Alemanha, Hocke (1996, apud NEIDHARDT; RUCHT, 1999) constatou que jornais nacionais tendem a cobrir eventos com a participação de algum ator estabelecido na política nacional, assim como eventos que demonstrem algum tipo de inovação. Os

jornais locais, por sua vez, tendem a priorizar eventos maiores, com maior duração e, também, eventos inovadores.

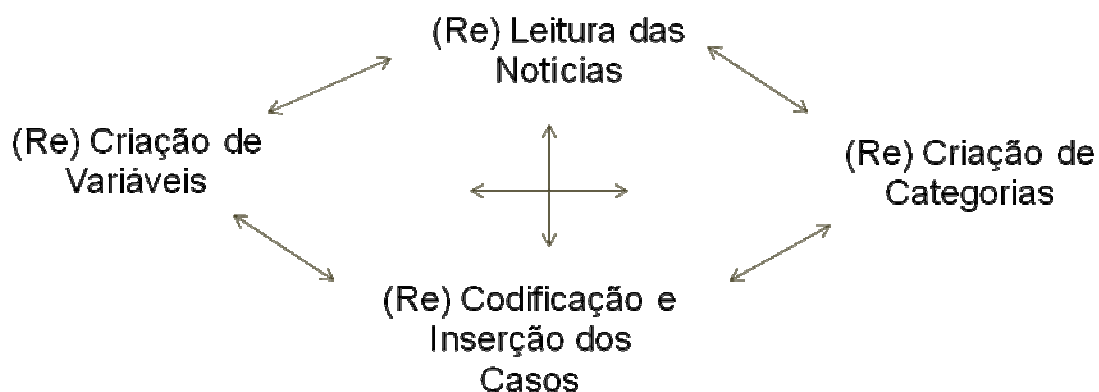
Tendo isto em vista, em nossa pesquisa optamos pela utilização de um jornal diário, na medida em que tratava-se de uma fonte de fácil acesso e com boa quantidade de informações disponíveis. Foi utilizado o jornal Zero Hora, que é o único jornal de abrangência estadual que se manteve em circulação ao longo de todo o período de pesquisa. Justamente por tratar-se da única fonte constante ao longo deste período, a utilização de outros jornais como fontes para triangulação de dados se tornou inviável. Ainda é importante ressaltar que, pelas dimensões geográficas do estado, pode estabelecer-se um paralelo entre o viés observado nos jornais nacionais na pesquisa de Hocke (1996 apud NEIDHARDT; RUCHT, 1999) e a nossa fonte, sendo, portanto, estudada a possibilidade da utilização de jornais locais para o controle deste viés geográfico, na medida em que em nosso estudo piloto constatou grande concentração de casos na cidade de Porto Alegre, capital do estado e sede do jornal utilizado como fonte.

2.2.4 Variáveis e codificação:

A delimitação das variáveis e de suas categorias, assim como dos critérios de codificação ocorrem ao longo do processo de conhecimento do campo de pesquisa, pondo em relação o tipo de informação disponível pela fonte selecionada e os objetivos do pesquisador. Assim, é necessário que primeiramente se trabalhe com um conjunto de regras flexíveis, adaptáveis às informações fornecidas pela fonte escolhida, para que depois, de acordo com os resultados obtidos no estudo piloto, se formalizem regras rígidas que confirmem validade e confiabilidade aos dados coletados. Desta forma, a literatura indica a importância da realização de um estudo piloto para que dados não sejam perdidos pela fraqueza dos critérios ou tenham que ser recodificados. Outra indicação da literatura é a criação de um “manual” de codificação, o qual é, por vezes, disponibilizado pelos próprios pesquisadores que utilizam a AEP (como no caso do projeto PRODAT, NEIDHARDT; RUCHT, 1999).

A seguinte figura pode ser utilizada como uma ilustração do processo de construção de variáveis, categorias e critérios de codificação:

Figura 1: Processo de Construção do Catálogo de Eventos de Protesto



Como exemplo deste processo em nossa pesquisa, pode-se citar a variável “ator promotor do evento”. Primeiramente, trabalhou-se com uma lista de categorias utilizadas pelo “Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro”⁶, sendo todos os casos do estudo piloto classificados através destas categorias e os casos que não se encaixavam sendo classificados como outros e descritos em um documento de controle separado. A seguir, foi realizado um levantamento dos “tipos de atores” classificados como “outros” para a criação de novas categorias. O terceiro passo do processo foi a observação das freqüências obtidas pela classificação inicial, para que se observassem categorias “esvaziadas” ou “inchadas”. A necessidade de criação de novas categorias ou de agregação ou desagregação de categorias existentes se deve justamente à diferença entre os objetivos e objetos da pesquisa. Por exemplo, nossa pesquisa não se limitava a conflitos urbanos, observando-se a necessidade de criação de várias novas categorias.

No caso da variável “ator promotor do evento”, após a obtenção de freqüências, observou-se que a categoria “sindicatos, federações e associações profissionais” estava “inchada”, representando 40,4% dos casos do estudo piloto. Contatou-se, portanto, a necessidade de criação de um recorte de classe (empresários, trabalhadores assalariados, profissionais liberais, servidores públicos) e um recorte geográfico (rural e urbano) nessa categoria. Assim, posteriormente, as freqüências revelaram uma distribuição mais equilibrada entre os atores, tendo, porém, uma maior participação das categorias “Sindicatos, Federações e

⁶ <http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/ippur/liquid2010/liquid.html>

Associações de Profissionais Assalariados Urbanos” (10,6%) e “Sindicatos, Federações e Associações de Servidores Públicos” (16,1%).

3. Estudo Piloto: resultados preliminares

Nesta seção, a título de exemplo, serão expostos alguns resultados preliminares obtidos após a finalização do estudo piloto, abordando as variações nos repertórios de ação ao longo dos anos cobertos pela pesquisa. Foram coletados dados dos meses de janeiro de todos os anos de cobertura de nossa amostragem. É necessário ressaltar que a restrição do estudo piloto ao mês de janeiro pode incluir vieses em tais resultados. Por exemplo, nos anos de 2005 e 2010, a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre acarretou uma elevação no número de registros de manifestações coletivas de demandas nestes anos em comparação a anos anteriores, o que, provavelmente, não será observado quando forem produzidos dados acerca dos demais meses destes anos. É importante ressaltar também que, devido ao pequeno número de casos coletados até o momento, os dados observados ainda estão demasiadamente “fragmentados” entre as categorias (no exemplo abaixo, quase não se observa nenhuma “casa” que abranja mais de 10 casos), o que interfere diretamente na relevância estatística das correlações aqui ensaiadas, que devem ser tratadas apenas como uma ilustração das potencialidades da aplicação da metodologia aos objetivos da pesquisa.

Como exemplo dos resultados obtidos (Tabela 1, em anexo), pode-se observar a relação entre as variáveis “repertório de ação utilizado no evento” e “ano de ocorrência do evento”. Observa-se, por exemplo, que no período em que a ditadura militar brasileira atinge seu ponto mais alto, nos anos de 1970 e 1975, a utilização de repertório mais registrada é a “denúncia ou manifestação pública via meio de comunicação em massa”, havendo um número relativo de registro da utilização deste repertório muito maior nestes anos (90% dos registros de eventos, e 50% de registros de evento, respectivamente) em comparação ao número de registros da utilização deste repertório na média de todos os anos (21,4%).

De forma semelhante, o número de registro de repertórios como a “manifestação em praça pública” e a “passeata” é relativamente maior no período

democrático (entre 1990 e 2010) do que nos anos anteriores⁷. Assim, enquanto que nos anos de 2000 e 2005, é obtida uma frequência de registro da utilização do repertório “manifestação em praça pública” de 19% e de 21,9%, respectivamente, a frequência média (abrangendo todos os anos) do registro da utilização deste repertório é de apenas 10,5%. A mesma tendência pode ser observada nos dados referentes ao registro da utilização do repertório “passeatas” (18,8% para 2005 e apenas 6,4% para a média das frequências de todos os anos).

Observa-se, ainda, um pico na utilização do repertório “paralisação ou greve” no período de abertura política no governo federal brasileiro (entre 1980 e 1990). No ano de 1980, por exemplo, o registro da utilização deste repertório corresponde a 15,9% dos casos registrados neste ano, número alto em comparação à percentagem obtida para o registro de utilização deste repertório em todos os anos (6,4%)⁸. Um fenômeno parecido ocorre com o repertório “reunião com autoridades públicas e/ou privadas”, que tem um registro de utilização maior no período de abertura política em comparação ao registro dos demais anos, o que pode ser explicado pela aparente combinação deste repertório com o repertório “paralisação ou greve”.

Este pequeno exemplo da aplicação da AEP ao estudo dos repertórios de ação coletiva ao longo do tempo, apesar de limitado pela fragilidade dos dados disponíveis até o momento, permite, no entanto, identificar suas potencialidades. As mudanças nos repertórios, que tendem a ser acompanhadas por mudanças nos agentes mobilizados, nos alvos e nas arenas de ação, apontam para uma significativa complexidade e dinamicidade nas formas como distintos segmentos da sociedade brasileira expressam publicamente suas demandas coletivas, adaptando-se às e/ou apropriando-se das oportunidades políticas presentes em diferentes conjunturas.

⁷ É importante ressaltar que este fenômeno pode estar relacionado à realização do Fórum Social Mundial nestes anos. A produção de dados a cerca dos demais meses dos anos poderá esclarecer se houve um aumento real na tendência a utilização deste tipo de repertório devido às características político-institucionais deste período, ou se tal aumento deve-se apenas à realização de tal evento.

⁸ É interessante observar que para o ano de 1985 não foram registradas paralisações ou greves, o que pode se dever ao baixo número de dados coletados no estudo piloto.

Considerações Finais

A retomada e renovação do campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil, observada em anos recentes, apresenta novas perspectivas para o desenvolvimento deste campo. A concretização destas perspectivas, no entanto, demanda dos pesquisadores um esforço de qualificação dos seus instrumentos teórico-metodológicos, confrontando os limites que, em certa medida, contribuíram para um declínio do campo nos anos 1990-2000.

Em termos teóricos, observam-se sinais promissores vindos do crescente diálogo (em alguns casos, crítico) da literatura nacional com abordagens contemporâneas internacionais, tais como a *contentious politics* e a sociologia do engajamento militante. Tais abordagens têm oferecido perspectivas de análise, instrumentos conceituais e agendas de pesquisa que, sem dúvida, estão contribuindo para uma oxigenação do debate e da produção nacionais.

Em termos metodológicos, no entanto, o quadro não é tão promissor, pois ainda observa-se a reprodução de uma relativa secundarização das questões metodológicas (compartilhada, na verdade, com grande parte das ciências sociais brasileiras). Na medida em que a capacidade analítica dos nossos referenciais teóricos é diretamente dependente da qualidade da base empírica produzida a partir dos nossos instrumentos metodológicos, esta é uma lacuna preocupante.

Neste sentido, o presente trabalho pretende contribuir no enfrentamento desta lacuna, apresentando uma metodologia – a Análise de Eventos de Protesto – que pode trazer contribuições importantes ao possibilitar a construção de dados que permitam identificar e analisar sistematicamente processos até então ocultos pelo quase monopólio dos estudos de caso qualitativos no campo de estudos dos movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

BRUHN, Kathleen. *Urban protest in Mexico and Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2008.

ELIAS, Norbert. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, 1994.

Ministério Público	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	16,7%	,5%
Manifestação em Praça Pública	0	0	1	1	8	1	4	7	1	23
	,0%	,0%	2,3%	2,6%	17,8%	7,7%	19,0%	21,9%	16,7%	10,5%
Passseata	0	0	1	3	1	2	0	6	1	14
	,0%	,0%	2,3%	7,7%	2,2%	15,4%	,0%	18,8%	16,7%	6,4%
Fechamento de Vias Públicas	0	0	0	1	1	0	0	4	0	6
	,0%	,0%	,0%	2,6%	2,2%	,0%	,0%	12,5%	,0%	2,7%
Depredação	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	,0%	,0%	2,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,5%
Ocupação de Prédios e Terrenos	0	0	1	1	3	1	0	1	0	7
	,0%	,0%	2,3%	2,6%	6,7%	7,7%	,0%	3,1%	,0%	3,2%
Carreatas ou Manifestações sobre Rodas	0	0	0	0	2	0	1	0	0	3
	,0%	,0%	,0%	,0%	4,4%	,0%	4,8%	,0%	,0%	1,4%
Confronto Direto com as Forças de Segurança	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	3,1%	,0%	,5%
Cartas ou Solicitações	0	2	2	3	4	1	1	4	0	17
	,0%	20,0%	4,5%	7,7%	8,9%	7,7%	4,8%	12,5%	,0%	7,7%
Paralisação ou Greve	0	1	7	0	6	0	0	0	0	14
	,0%	10,0%	15,9%	,0%	13,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,4%
Realização de Congressos e Conferências	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	4,8%	,0%	,0%	,5%
Outros	0	0	2	6	4	3	1	5	1	22
	,0%	,0%	4,5%	15,4%	8,9%	23,1%	4,8%	15,6%	16,7%	10,0%
Reunião com Autoridades Públicas e/ou Privadas	0	1	10	9	4	1	6	2	0	33
	,0%	10,0%	22,7%	23,1%	8,9%	7,7%	28,6%	6,3%	,0%	15,0%
Manifestação Através de Mediadores Institucionais	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
	,0%	,0%	4,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,9%
Manifestação em Plenário	0	0	0	2	3	0	0	0	0	5
	,0%	,0%	,0%	5,1%	6,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	2,3%
Manifestação Performática	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,3%	,0%	,9%
Realização de Assembléias e/ou Reuniões Internas	0	0	0	0	5	0	1	0	0	6
	,0%	,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	4,8%	,0%	,0%	2,7%

